

Resenha

Enquanto a simpatia fala aos afetos, a discussão fala ao intelecto
(SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política** / Lúcia Santaella. – São Paulo: Paulus, 2016, 277p. – Coleção Comunicação.)

Nayane Maria Rodrigues da SILVA¹

Em sua primeira edição, lançada em 2016, a obra *Temas e dilemas do pós-digital: A voz da política* da pesquisadora Lúcia Santaella aprofunda e relaciona os conceitos de biopolítica, redes digitais e sociologia efetivando uma abordagem concreta dos dilemas vividos pelas sociedades na era do pós-digital. A autora deixou claro, já na sinopse, que pensar a tecnologia, neste momento, significa implica-la nas táticas e estratégias do poder. Segundo a autora, dar voz a política, deixa-la falar é uma forma de atravessar as densas sombras da contemporaneidade.

O primeiro capítulo da obra é destinado a Michel Foucault e ao nascimento da biopolítica. Santaella concorda com a existência de muitas tradições teóricas e interpretativas da política, todavia, Foucault, Agamben e Negri são as vozes da sua escolha (p. 17). A autora apresenta de forma seletiva a contemporaneidade dos conceitos de Foucault, conduzindo o leitor a compreender em que ponto o desenvolvimento do pensamento de Agamben e de Negri se encontram com o de Foucault (p.18), mas, sobretudo, a entender a biopolítica como uma nova mecânica do poder, incompatível com as relações de soberania (p. 21).

Cumprindo o que havia antecipado, Santaella dedica os próximos dois capítulos da obra aos pensamentos de Giorgio Agamben e Antônio Negri, e suas relações com o conceito de biopolítica de Foucault. No segundo capítulo, por exemplo, Agamben reconhece a importância de dois aspectos explorados por Foucault: as técnicas políticas que integram a vida natural dos indivíduos por meio da ciência do policiamento e as tecnologias do eu, por meio das quais se realiza “o processo de subjetivação que leva o

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGC/UFPB.
E-mail: nayanerodriguespb@gmail.com

indivíduo a vincular à própria identidade e à própria consciência a um poder de controle externo” (p. 34-35).

De acordo com o pensamento de Negri, noções sobre a potência emancipatória da multidão, o conceito figurativo do império e a multidão como contra-imperio são abordadas no terceiro capítulo. Neste momento, além de oportunizar o leitor a repensar o biopoder e a biopolítica com base em um capitalismo cognitivo, a obra lança luz a compreensão do conceito de multidão como “portadora de uma nova subjetividade emancipatória” (p. 54). Santaella argumenta, com base em Negri, que a política seja repensada com o entendimento de que biopoder situa-se acima da sociedade, transcendente, como uma autoridade soberana, e impondo a sua ordem; enquanto a produção biopolítica, em contraste, é imanente à sociedade, criando relações através de formas colaborativas de trabalho. Biopolítica não mais como poder sobre a vida, mas como a potência da vida (p. 55).

Essas reflexões teóricas a partir de um olhar pós-digital da autora, estabelecem a sustentação necessária para que a obra aborde exemplos de fenômenos contemporâneos, com dedicação a política mundial, reconfigurados pelo impacto da biopolítica e das redes digitais. No quarto capítulo, a autora relata como os movimentos sociais adquiriram aceleração e amplitude graças às tecnologias computacionais interativas, especialmente as nômades, que se desvencilharam dos limites impostos pelos fios (p. 63).

Ainda no quarto capítulo a autora tergiversa com o pensamento de Lara Resende respondendo às causas do mal-estar difuso no Brasil (p. 66) e com Safatle, que afirmou ser o desencanto o afeto central da política no país (p. 67). Santaella questiona como essa explosão emancipadora se traduzirá em uma nova ordem social. A autora cita Zizek que afirma ser a ilusão democrática, o pior inimigo da sociedade (p. 69), e recorrendo novamente ao pensamento de Lara Resende reflete sobre o quanto o debate público deslocou-se das esferas tradicionais da política para a internet e as redes sociais (p. 71).

Embora reconheça a força da cultura digital, especialmente na reconfiguração dos eventos políticos, Santaella dedica o quinto capítulo à esclarecer os conceitos que surgiram com o sufixo “pós”, a exemplo de pós-modernidade e pós-digital, mas, é nesse

tópico que a autora aborda os dilemas que estão colocando essa cultura digital na berlinda. A aceleração do trabalho, a avalanche e governabilidade dos algoritmos, a mercantilização dos dados com o *big data*, a quantificação, coisificação e esvaziamento do eu, a perda da privacidade pessoal (p. 90-91), são apontadas pela autora como causas de instabilidade e dificuldade do pensamento intelectual em acompanhar e documentar cientificamente as implicações na sociedade, nessa cultura digital.

Santaella mobiliza discursos no sexto capítulo sobre o que as redes têm a ver com as patologias psíquicas do pós-digital. O conceito de “sociedades da transparência” do sul-coreano-alemão Byung-Chul Han ancoram o capítulo, definidas assim, como sociedades da positividade, aceleração, exposição, evidência, intimidade, revelação, individualismo elevado à sua mais alta potência. São sociedades pornô, nas quais os indivíduos se exibem e se desnudam em um gigantesco panóptico digital (p. 98).

De acordo com Han, no lugar da sociedade biopolítica, o que se tem agora é uma sociedade do psicopoder. “A psicopolítica, com a ajuda da vigilância digital, está em condições de ler pensamentos e de controlá-los” (p. 100). Ao afirmar que o homem contemporâneo já não sofre de ataques virais procedentes do exterior, Han afirma que a autoexploração do eu é muito mais fatal do que a exploração externa (p. 105), e propõe como antídoto o que chamou de *vita contemplativa*, onde a hesitação e a procrastinação sejam priorizadas (p. 107). Santaella antecipa ainda, que a essas transformações Han apresenta novos nomes como “sociedade da fadiga” e “sociedade da psicopolítica” (p. 115).

Com o objetivo de direcionar os estudos para expandir a noção de ecologia das mídias, enxergar as mídias não só nas intrincadas relações que estabelecem entre si nos ambientes da cultura, mas, explorá-las na hipercomplexidade polimórfica da biotecnococultura em que se converteu aquilo que costumávamos tão placidamente chamar de “cultura” (p. 124), Santaella refletiu no sétimo capítulo sobre a ecologia expandida das mídias por uma eco e cosmopolítica. É nesse capítulo da obra que a autora teoriza sobre os conceitos de cidades “sencientes” e internet das coisas, além de apresentar o esboço de uma futura obra que será chamada de “Semiosfera: por uma síntese entre a fisio-bio-eco-tecnosferas” (p. 132).

Segundo Santaella, encontramos-nos em uma era de transformação de nossa espécie. Já não somos apenas agentes biológicos, mas adquirimos uma força geológica. (p. 133). Essa reflexão é embasada pelo pensamento de Latour ao afirmar que o homem se tornou uma força que atua 24h sobre a Terra, provocando uma mutação ecológica. “Entre a modernidade e a ecologia, temos que escolher a ecologia”, afirma Latour (p. 138).

Como agir politicamente nas sociedades atuais? (p. 142), no oitavo capítulo, Santaella enfrenta o desafio de explicar as transmutações estéticas da política através da eficácia do sensível, apoiando-se na obra do artista argentino Jorge Caterbetti. Para tal abordagem a autora antecipa que, com modéstia, assume uma tarefa: trazer à baila a marca *sui generis* a estética política de Caterbetti (p. 142). Santaella toma o pensamento de Agamben como fio condutor para a compreensão das sutilezas da vocação política que Caterbetti coloca em cena (p. 143), justificando em seguida, que a arte política nasce da indignação e visa produzir efeito estético, o sentimento da indignação.

Nesta etapa da obra a autora reflete que a indignação é o oposto da admiração. O que move a indignação é a carência, a insuportável ausência, o buraco sem fundo, o vazio da falta do admirável na realidade. A indignação nasce do desejo premente, inalienável de que o mundo seja mais admirável. (p. 150)

Sob o seu interesse em traçar analogias e reflexões com base nas produções artísticas, Santaella alerta para que fiquemos bem perto, muito próximo dos artistas, atentos ao que sentem, fazem e pensam. Na seiva da ambiguidade, da incerteza e do risco em que estão mergulhados, os artistas funcionam como faróis que iluminam o presente na direção do futuro (p. 154).

Nessa perspectiva da observação da produção artística, a autora dedica o nono capítulo do livro em evidenciar o visionarismo de Roy Ascott, artista, teórico e crítico das artes e da cultura (p. 160-161). Além de abordar as duas tendências críticas que cercaram o surgimento das novas mídias – salvacionista e negativista, de definir o conceito de hibridismo, refletir sobre aceleração e onipresença da conectividade e as implicações sociais das cidades inteligentes; Santaella selecionou matrizes conceituais dos poemas-teses do autor, colocando-se face a face com a discussão das condições

atuais em que se encontra a coevolução tecno-humana (p. 161) e apresentando os conceitos de “cibercepção” e “*self* múltiplo” de Ascott (p. 170).

No décimo capítulo a autora se debruça sobre a estética, a ética e a política da existência. Inicia abordando as dificuldades interpretativas em meio a tantas opiniões e vozes, quando não se possuem, por exemplo, a figura de um intelectual que nos inspire a pensar e até agir (p. 176). Como fica o enfrentamento do intelectual com a ética e a política? (p. 179). A resposta segue ao longo do capítulo com base nas contribuições de Deleuze, Foucault, Agamben e Peirce. À luz desses autores, um primoroso debate sobre ética é disponibilizado, em especial, sobre a ética de Agamben.

Considerando o objetivo da obra que é abordar os temas e dilemas do pós-digital, Santaella precisou dedicar dois capítulos – onze e doze, para tratar exclusivamente sobre memória. Enquanto o capítulo onze dedica-se à discussão da investigação arqueológica nos autores antológicos: Sigmund Freud, Walter Benjamin, Michel Foucault e Jacques Derrida – mal de arquivo (p. 186), considerando as sutilezas das distinções no tratamento da questão por parte de cada um dos autores; o capítulo doze apresenta as ideias sobre arquivo que têm recentemente circulado no campo da arqueologia das mídias (p. 205).

Santaella conduz os leitores a refletir sobre qual o lugar na história e na memória que esse universo traz, quando os regimes de memória estão baseados em tecnologias e plataformas de *software* dinâmicas, mutáveis e líquidas (p. 208). A autora demonstra que os dilemas de impermanência de arquivos nas mídias e nas “nuvens,” assim como, a recontextualização contínua de qualquer informação, produzindo efeitos profundos em práticas culturais (p. 214) fazem repensar e questionar não só a noção de arquivo, mas o tradicional cerne de concepção da memória humana (p. 215).

Seguindo esse raciocínio, Santaella aprofunda uma discussão sobre a preservação em risco da arte computacional no décimo terceiro capítulo. Ao relatar as dificuldades com a definição de uma nomenclatura para esse tipo de arte no pós-digital, a autora chama atenção para a falta de sintonia sobre pontos de vista, quanto a interpretação do estado atual (p. 220). Não discordando de Rinehart (2014) que definiu esse tipo de arte como “mídia variável”, Santaella relacionou razões que justificam sua

opinião em considerar o estado atual da arte computacional como radicalmente híbrido (p. 222).

A autora faz críticas a ausência de políticas internacionais de sustentabilidade e suporte a herança digital (p. 224), disponibilizando nesse capítulo os raciocínios de Frieder Nike (2014) que defende que, por sua natureza própria, a arte digital não foi feita para se eternizar, mas, desaparecer junto com o equipamento em que foi implementada (p. 225); além das técnicas de Ippolito (2014), que propõe as “estratégias flexíveis”: preservação, emulação, migração e reinterpretação, para evitar a obsolescência dos *softwares* e outros recursos digitais (p. 227).

O penúltimo capítulo da obra ascende uma instigante reflexão sobre arte digital e/ou arte contemporânea. A autora manifesta sua opinião ao discordar de qualquer visão dissociativa entre a arte digital e a arte contemporânea. Para Santaella, a arte digital faz parte inseparável daquilo que vem sendo chamado de arte contemporânea (p. 235). Nesse capítulo, a autora reflete sobre a radical hibridização dos meios, técnicas, dispositivos, modos de criação, transmissão, exibição e etc., como característica marcante da arte nos tempos atuais (p. 234), além de instigar o surgimento de um novo campo de atividade crítica, uma nova teoria estética que transponha, sem temor, as fronteiras que a tradição impôs entre os diversos territórios da arte e entre a arte e a ciência (p. 241).

É sobre as multiplicidades e heterotopias da história da arte que Santaella dedica o décimo quinto capítulo do seu livro. Nesse último tópico a autora se limita a trabalhar, a partir de Foucault, a centralidade que a noção de heterotopia ocupa na obra de Didi-Huberman. Santaella coloca em discussão como o conceito de heterotopia funciona como uma espécie de malha subjacente, cuja força irradia e ressoa por toda obra e conceitos de Didi-Huberman: anacronismo, sintonia, fantasma e montagem (p. 245).

Pela contribuição da autora a ciência, com 41 livros publicados e 14 organizados, mais de 300 artigos publicados no Brasil e no exterior, além de quatro prêmios Jabuti, do prêmio Sergio Motta e do prêmio Luiz Beltrão, somente com a participação concedida por parte da própria Lúcia Santaella, ao afirmar que não se termina um livro, pois ele demanda sua continuidade no confronto de vozes

concordantes e discordantes e que o entendimento não vem da simpatia, mas, da discussão (p. 15), teceremos a nossa perspectiva.

A profundidade da abordagem sociológica, filosófica e até biológica, ecológica e geológica para tratar os dilemas do pós-digital e suas implicações nas sociedades contemporâneas, além de revelar a potência do capital cultural da autora, reforçam a sua capacidade de reflexão e produção científica diante de fenômenos atuais, bem como, a natureza interdisciplinar dos fenômenos comunicacionais.

Ao longo da obra, além de nutrir seus leitores com o delineamento de um raciocínio original, a autora constroi um diálogo intermitente com temas que estão no centro das discussões dos principais e recentes eventos sobre “pós-digital” no mundo, junto, ao raciocínio de novos autores que estão causando euforia pela habilidade de discussão que seus pensamentos apresentam. Ao dar voz a política, Santaella oportuniza seus leitores a traçarem implicações que contextualizem desde os conceitos de biopoder aos dilemas de governabilidade e biopolítica dos algoritmos, perpassando por implicações éticas.

Entre as inúmeras contribuições, a autora antecipa o esboço de uma nova obra, além de tornar público o poder e a influência da arte e das produções artísticas na identificação de fenômenos e aplicação de métodos em suas pesquisas, não apenas no campo das mídias e do pós-digital, como os leitores puderam acompanhar durante a leitura do livro, mas, para a investigação de fenômenos em todas as áreas do conhecimento.